

Montenegro perde repasses do governo federal

Entre as verbas perdidas está o recurso disponibilizado para a construção da UPA 24 Horas

■ André R. Herzer
redacao11@jornalibia.com.br

Obra bastante esperada pelos montenegrinos, a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas levará ainda mais tempo para ser concluída. Segundo a secretária de Gestão e Planejamento, Ana Maria Rodrigues, o recurso para a realização da obra foi aprovado em 2012 e estava com 10% do valor já depositado para o Município.

Porém, no ano de 2013, a Administração Municipal optou por alterar o local onde seria construída a UPA 24 Horas. Em 2014,

foi definido que a mesma seria construída junto à Secretaria Municipal de Saúde, local já aprovado em 2012.

Em dezembro de 2014 foi publicado o edital de licitação na modalidade concorrência sob o número 25/2014, e que ocorreu o dia 7 de janeiro de 2015. No entanto, o certame licitatório foi cancelado em fevereiro, pois o edital previa a apresentação de mão de obra e material discriminados, porém, na planilha orçamentária apresentada pelo município, estes itens não contemplavam a referida discriminação.

Assim, a Procuradoria

Geral do Município (PGM) emitiu parecer jurídico favorável ao cancelamento do certame licitatório, no qual a Comissão de Licitação decidiu por cancelar o processo. Uma nova licitação foi feita por concorrência no dia 11 de março.

No momento em que iria ocorrer o certame licitatório, o mesmo foi impossibilitado diante de uma liminar judicial por parte da empresa que havia sido vencedora do primeiro certame. "Atualmente, a obra não poderá ser licitada, pois o processo é judicial e, assim, diante do expositivo do recurso foi perdido", afirma.

O investimento previsto para a UPA 24 Horas girava em torno de R\$ 2,1 milhões, sendo R\$ 1,4 milhão da União e outros R\$ 700 mil do Estado. A estrutura teria de cinco a oito leitos de observação com capacidade de atendimento de 150 pessoas por dia e ocuparia um espaço de mil metros quadrados.

A secretária garantiu ainda que a Administração Municipal vem trabalhando para que a perda de verba não aconteça com outras obras. "Estamos procurando atender prazos e trâmites legais referentes ao cumprimento dos meses", garante.



CONSTRUÇÃO da UPA 24 Horas seria feita ao lado da Assistência

Prefeito quer força-tarefa para não perder mais verbas

O prefeito Luiz Américo Alves Aldana lamenta profundamente as indecisões políticas que provocaram perdas à população. Ele também se preocupa com a existência de mais de 40 metas para qualificação de serviços básicos no município que não possuem projetos e que serão prejudicadas pela inexistência deles.

"Hoje, correndo contra o tempo, buscamos a contratação de profissionais na área de arquitetura para que, se não na totalidade, pelo menos parcialmente, consigamos tais projetos e com eles dar encaminhamento até o final do ano para a realização dos serviços sem que mais verbas se percam", afirma.

Câmara vota hoje devolução de mais de R\$ 236 mil

A Câmara de Vereadores de Montenegro recebeu na semana passada dois projetos de lei. O de número 74 autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 91.027,52 e o de número 76 permite a abertura de crédito especial

no valor de R\$ 145.787,47. Porém, todo este dinheiro não será revertido em melhorias, mas sim voltará para os cofres do Governo Federal, que havia liberado este montante para que o município investisse em obras daui.

A votação dos projetos de lei ocorre hoje. O presidente da Câmara Márcio Miguel Müller diz que a vontade é de votar contra os projetos, mas lembra que o prejuízo seria ainda maior já que caso os projetos não forem aprovados, a não de-

volução dos recursos impedirá o município de receber novos repasses do Governo Federal. "A cidade está perdendo mais de R\$ 236 mil e ao prefeito Aldana também não existe alternativa a não ser a devolução do dinheiro", lamenta.

Dinheiro era destinado ao pátio e a ginásio

Os R\$ 145 mil seriam investidos na conclusão do ginásio da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pedro Steigleder. Já os R\$ 91 mil eram destinados para a construção do pátio de entrada da cidade. Na Mensagem Justificativa do projeto de lei referente ao pátio, o prefeito Luiz Américo Alves Aldana diz que o contrato foi assinado em dezembro de 2005, a licitação para a contratação da empresa foi homologada em outubro de 2011 e a ordem para início da obra foi recebida pela empresa contratada em março de 2012. Porém, a vencedora do certame não executou totalmente o projeto e, não havendo tempo hábil para um novo processo licita-

tório, a obra foi concluída com recursos próprios.

Sobre os R\$ 145 mil que seriam destinados ao ginásio da Escola José Pedro Steigleder, a Mensagem Justificativa diz que o recurso é oriundo da emenda parlamentar do ex-deputado federal Mendes Ribeiro Filho, datada de abril de 2008 no valor de R\$ 97.500,00. Neste período estava sendo construído o ginásio e foi encaminhado o plano de trabalho, bem como toda documentação necessária. O contrato foi prorrogado com vigência até o final de 2014, sendo que o mesmo não poderia mais ser prorrogado.

Nos anos de 2013 e 2014 foram feitas várias complementações de documen-

tos técnicos de engenharia. Todavia, não foi levado em conta que o projeto original não contemplava todas as medidas necessárias para cumprimento da última normativa do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI). Assim, não houve tempo suficiente para efetuar as obras de reforma na construção antiga, entre as quais a ampliação do Ginásio existente para relocalização das arquibancadas com o objetivo de ampliar o espaço de saída entre a rede de proteção da quadra e a primeira linha de arquibancadas, conforme determinação das Normativas de PPCI.

A verba inicial para a construção do pátio era de R\$ 23.913,39, porém

como o dinheiro ficou depositado em banco somase à conta R\$ 67.114,13 referente a rendimentos. No caso do repasse para a conclusão da obra no ginásio da Escola José Pedro Steigleder, o repasse original era de R\$ 97.500,00 e outros R\$ 48.287,47 de rendimentos fecham a conta de R\$ 145.787,47.



PREFEITO expressa preocupação de perder novas verbas e lamenta repasses já perdidos



GINÁSIO da Escola José Pedro Steigleder continuará sem ter obra concluída

"Falta vontade política"

Diretora da Escola José Pedro Steigleder, Marília Roehe lembra que a conclusão da obra do ginásio é esperada há bastante tempo. "Ficamos triste com essa notícia. Foram tantas

reuniões na Prefeitura e na Câmara. Falta vontade política", lamenta. Atualmente o local é utilizado, mas com medo por parte dos professores. "Se tiver sinal de chuva já recolhemos os

alunos. Se fosse um local fechado seria muito mais fácil", comenta. Apesar da perda dos recursos, Marília diz que ainda tem esperança de que a obra seja realizada.